

## **EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA BREVE REVISÃO TERMINOLÓGICA**

### **SPECIAL EDUCATION: A BRIEF TERMINOLOGICAL REVIEW**

DIRCE DE GODOY **RIBEIRO\***. Discente do curso de graduação em Psicologia - Centro Universitário Ingá – UNINGÁ, Maringá/PR.

CAROLINE ANDREA **POTTKER**. Docente Mestre do Curso de Psicologia do - Centro Universitário Ingá – UNINGÁ, Maringá/PR.

\*Endereço: Marcílio Zequim, nº 704, Jd. Santa Rosa, Maringá - Paraná. CEP: 87060-028. E-mail: dircegodoy@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo apresentar as mudanças terminológicas empregadas na área da educação especial, sobre a pessoa com algum tipo de deficiência. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando em bancos de dados e indexadores, selecionando os artigos referentes à área da Educação Especial. No decorrer dos anos as pessoas com deficiências, foram chamadas de várias formas diferentes. Os motivos dessas mudanças terminológicas eram determinados conforme a cada momento histórico e seus significados definia-se conforme os valores vigentes de cada sociedade. Iniciamos a revisão nos referindo a Antiguidade, passando pela Idade Média, e retratando as mudanças desde século XV até os dias atuais. Dentre estes períodos, as nomenclaturas foram as mais variadas, passando de incapazes, inválidos, portadores de deficiência até chegar à pessoa com deficiência. Empregar a nomenclatura correta para a definição de pessoas com deficiência não é apenas uma questão ortográfica, é uma questão de inclusão social, respeito, superação de preconceito e estereótipos.

**Palavras-chave:** Deficiência. Educação especial. Terminologia.

### **Abstract**

The present article has as objective to present terminological changes employed in the area of special education, regarding the person with some kind of disability. Therefore, we performed researches in data bank and indexers about this theme, selecting the articles referred to Special Education area. Through years, people with disabilities were called by different names. The reasons of these terminological changes were dictated by each historical moment and its meanings were defined according to the current values of each society. We start the revision referring to Antiquity, passing by Middle Age, and portraying the changes from the XV century to present days. Between these periods, the nomenclatures were the most varied, going from incapable, invalid, people with deficiency, until it comes to disabled person. Employ the correct nomenclature to the definition of disabled person it is not only a matter of orthography, it is also a matter of social inclusion, respect, to overcome prejudice and stereotypes.

**Keywords:** Deficiency. Special education. Terminology.

## INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos as pessoas com deficiências, foram chamadas de várias formas diferentes. Os motivos dessas mudanças terminológicas eram determinados conforme a cada época que eram utilizados os termos, em que o significado delimitava-se conforme os valores vigentes de cada sociedade. Por exemplo, as pessoas com deficiências já foram chamadas de pessoas inválidas, incapazes, portadoras de deficiências ou portadoras de necessidades especiais entre outros.

Segundo Sasaki (2002) é importante usar a terminologia correta, especialmente quando abordamos assuntos tradicionalmente enraizados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que aproximadamente 14,5% da população brasileira possuem. O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no caso de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações impróprias serem inadvertidamente reforçados e perpetuados.

Como ocorreu após a I e II Guerras Mundiais, em que muitos soldados voltaram destas guerras mutilados e com membros amputados, passaram a ser considerados incapacitados, ou seja, indivíduos sem capacidade de realizar suas atividades do cotidiano, como trabalhar. As pessoas com deficiência eram consideradas incapazes para trabalhar, sendo essa a forma que toda a sociedade os via. Por algumas décadas este termo era usado também para nomear pessoas com deficiência de qualquer idade (SASSAKI, 2003).

No século XX as pessoas com deficiência eram excluídas totalmente da sociedade para qualquer atividade por serem consideradas inúteis ou inválidas, que não fazia diferença para a sociedade, se essas pessoas existissem ou não. A educação especial segundo Miranda (2003) tem sido uma área fértil para o aparecimento de polêmicas, propostas inovadoras e modismos, seus conceitos têm provocado discussões e debates desde a terminologia adotada, às formas e aos meios de efetivação das suas práticas. Nos últimos anos presenciamos uma ampla literatura a respeito dessa área, que discute novos conceitos, novas práticas.

No Brasil, tem havido tentativas de levar ao público a terminologia correta para uso na abordagem de assuntos de deficiência a fim de que desencorajemos práticas discriminatórias e construamos uma verdadeira sociedade inclusiva (SASSAKI, 2002). Nesse prisma o presente estudo visa apresentar as mudanças terminológicas empregadas na área da educação especial, sobre a pessoa com algum tipo de deficiência. Tentando esclarecer que as mudanças de termos que se referem à pessoa com deficiência variam conforme o momento histórico, os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época.

## METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Gil (2008) é feita a partir de material constituído anteriormente, podendo ser livros, teses, dissertações e artigos científicos. O autor destaca na pesquisa bibliográfica uma vantagem ao possibilitar que pesquisador tenha uma extensa gama de fenômenos, a respeito do seu objetivo de pesquisa. Isso fica aparente quando a

problemática estudada requer dados dispersos pelo espaço. Assim, ela passa a ser indispensável para pesquisas que requer dados históricos.

De acordo com Gil (2008), na pesquisa bibliográfica se utiliza de materiais já elaborados, tendo como principal vantagem a possibilidade da ampla cobertura de fenômenos, valendo-se de materiais de diversos autores sobre determinado assunto. Para o embasamento teórico desta pesquisa, foram utilizados autores que descreveram a breve história da educação especial, as mudanças terminológicas históricas que ocorreram na área da educação especial. Entre eles estão: Marchesi e Martín (1995), Sasaki (1997, 2003) e Garcia (2011).

Para tanto, foram realizadas pesquisas em bancos de dados e indexadores nacionais, como o Portal da Capes, o Scielo e o PePsic, utilizando-se das seguintes palavras-chaves: terminologia, deficiência, educação especial. Ainda, foram analisados livros, bases de dados *on-line* e revistas científicas *on-line*. Com esta pesquisa, foram encontrados artigos, dissertações e livros, publicados entre os anos de 1995 e 2013, dos quais foram lidos e selecionados apenas alguns, por serem condizentes com o objetivo deste estudo. Estes dados foram examinados por meio da análise de conteúdo, que, segundo Bardin (1977, p.34), é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, as quais, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens”.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### Breve História sobre as pessoas com deficiência

#### História Antiga e Idade Média (sec. V ao VX)

Sempre existiram na História indivíduos com algum tipo de limitação física, sensorial ou cognitiva. Como afirma Silva (1987, p.21) “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, amputações traumáticas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto à própria humanidade”.

Garcia (2011) destaca que na História Antiga e na Idade Média as pessoas deficientes que nasciam ou as que adquiriam depois, eram tratadas de duas maneiras diferentes, por um lado eram mortas, e por outro lado essas pessoas eram protegidas pela sociedade. Na Roma antiga todos os pais que tinham filhos com alguma deficiência, se quisessem, poderiam matá-los ou descartar sem estar cometendo nenhum crime porque as autoridades davam essa liberdade de escolha para a família de pessoas que tinham alguém com alguma deficiência tanto de nascença ou mesma adquirida, tanto as famílias ricas como as pobres.

De acordo com registros existentes, de fato, o pai de qualquer recém-nascido das famílias deveria apresentar seu filho a um Conselho de Espartanos, independentemente da deficiência ou não. Se esta comissão de sábios avaliasse que o bebê era normal e forte, ele era devolvido ao pai (SILVA, 1987). No entanto, o mesmo autor explica que se a criança parecia “feia, disforme e franzina”, indicando algum tipo de limite físico, os anciãos ficavam com a criança e, em nome do Estado, a levavam para um local conhecido como Apothetai (que significa “depósitos”). Tal conduta “justificava-se” para o bem da própria criança e para a sobrevivência da república, onde a maioria dos cidadãos deveria se tornar guerreiros.

Cardoso (2003) complementa que desde a Idade Antiga era muito grande a exclusão de criança com deficiência, sendo estas deixadas nas montanhas

abandonadas. Já em Roma essas pessoas eram jogadas aos rios ou precipícios. Essas resistências vêm de longo prazo da dificuldade da sociedade aceitar as pessoas com alguma diferença, com isso percebe-se como a vida dessas pessoas era uma ameaça constante. Garcia (2011) salienta que algumas pessoas com deficiência eram utilizadas para comercialização, para fins de prostituição ou entretenimento das pessoas ricas na Roma Antiga. Os historiadores não deixam claro na Antiguidade como as pessoas que nasciam com alguma deficiência eram chamadas, contudo diante do breve exposto apresentado, pode-se constatar que a partir da aparência física já eram julgados e condenados à morte ou a humilhações públicas.

Enquanto que na Idade Média, nos países da Europa, a pessoa que tinha alguma deficiência, era vista pelas outras pessoas, como possuída pelo diabo ou feitiçaria, e eram perseguidas até a morte, porque não poderiam viver em sociedades (CARDOSO, 2003). E as pessoas não tinham nenhuma deficiência eram como as poderosas que tinham o poder sobrenatural, ou seja, o privilégio de ter o acesso a tudo, em que também poderia fazer tudo.

Ainda nesta época da história, Garcia (2011) deixa-nos claro que as pessoas deficientes eram tidas como um castigo de Deus, como uma espécie de “ira divina”. Elas não tinham nem apoio da Igreja Católica por fugirem do padrão de normalidade, assim como também não eram aceitas quando tinham algum aspecto físico diferente ou então quando tinham opiniões diferentes em que muitos sofreram durante a Inquisição do século XI a XII.

Ao mesmo tempo, em outros países europeus devido à influência cristã e seus princípios de caridade e amor ao próximo contribuíram, em particular a partir do século IV, para a criação de hospitais voltados para o atendimento dos pobres e marginalizados, dentre os quais indivíduos com algum tipo de deficiência. Havia a iniciativa em fazer alguns abrigos e asilos para acolher as pessoas idosas e as pessoas com deficiência (CARDOSO, 2003). Na Idade Medieval pode-se perceber várias formas diferentes de se referir as pessoas com deficiência, sendo considerados desde bruxos e feitiçeiros a pessoas pobres e marginalizadas, que necessitavam de cuidados em hospitais ou asilos.

### **Mudanças nos Séculos XV ao XIX**

Entre os séculos XV e XVII, no mundo europeu cristão, ocorreu uma paulatina e inquestionável mudança sociocultural, cujas marcas principais foram o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação quanto a dogmas e credences típicas da Idade Média.

A Declaração de Madri (2003) salienta que no início do século XVIII com a modernidade da ciência começa-se a entender que a deficiência é gerada por causas orgânicas e não por espírito, com isso surgem os primeiros hospitais psiquiátricos e médicos para as pessoas consideradas anormais, mas que não era visto como um local de tratamento, mas sim de confirmar que essas pessoas estavam doentes, isto porque essas pessoas eram consideradas como um estorvo para a sociedade.

Os hospitais eram como uma prisão sem nenhum tipo de tratamento adequado para essas pessoas. Após o século XVIII as pessoas da sociedade começaram a conscientizar-se que as pessoas com deficiência precisavam ser tratadas de formas diferentes de como que as mesmas estavam sendo tratadas.

Desta forma, no século XIX, profissionais como Pinel, Itard, Esquirol, Seguin, Froebel entre outros, apresentaram maior interesse em estudar a deficiência, especialmente a mental. É neste período que ocorre uma superação da visão de deficiência como doença, para uma visão de estado ou condição do sujeito. No entanto, a idéia de degeneração da espécie e de correlação moral, mantém-se para alguns estudiosos (PACHECO; ALVES, 2007).

De acordo com Fernandes, Schlesener e Mosquera (2011), no século XIX começam os estudos sobre a anatomia anatômica e da fisiologia das deficiências. Com isso, foi marcada a participação médica em relação á reabilitação das pessoas com deficiências e também com a educação das mesmas. Contudo, até o momento da história, Sasaki (2003) afirma que durante todos estes séculos citados, as pessoas com deficiência eram consideradas como “os inválidos”, ou seja, indivíduos sem valor. Em outras palavras, aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.

A partir do século XX, segundo diversas pesquisas (SILVA, 1987; CARDOSO, 2003; PACHECO; ALVES, 2007; GARCIA, 2011) as pessoas com deficiência passaram da categoria de doentes, muitas vezes confundidos com doentes mentais, para a condição de sujeito que poderia ser educável. Desta forma, no próximo tópico observar-se-á as maiores mudanças que ocorreram na terminologia na área da Educação Especial.

### **Mudanças Terminológicas da Educação Especial**

Para Garcia, (2011), tanto a assistência médica e a qualidade do tratamento não apenas com as pessoas com deficiência, mas sim de forma geral, tiveram um grande avanço ao longo do século XX. O contato direto com várias formas de deficiência adquiridas devido à guerra, fez com que criassem várias medidas cautelares de tratamento aos deficientes.

O mesmo autor salienta que após a Segunda Guerra Mundial esse movimento intensificou com a ajuda das políticas públicas, devido muitas pessoas que ficaram com alguma deficiência tanto física como intelectual, essas pessoas com deficiência foram motivo de debates públicos e ações públicas.

Com as duas Guerras Mundiais, muitos soldados foram feridos e outros permaneceram com alguma sequela, assim, as autoridades tiveram a iniciativa de criar alguns locais e centros de reabilitação para essas pessoas e também foram estendidas as demais crianças que nasciam com alguma deficiência ou mesmo as pessoas que a adquiriam depois de certa idade (GARCIA, 2011).

Segundo a Declaração de Madri (2003), após a II Guerra Mundial houve um aumento no número de indivíduos que precisavam de algum tipo de assistência e também de trabalho que tivesse condição para realizarem, por causa de vários soldados que voltaram da guerra com algum tipo de deficiência. Com isso, quando os soldados que ficaram com alguma deficiência e voltaram a trabalhar, as pessoas começaram aos poucos verem que o sujeito mesmo com alguma deficiência possuía potencial e que poderia fazer algum tipo de trabalho.

Sobre isso, Alcoba (2008) destaca que após a Segunda Guerra Mundial a inclusão social de deficiente ganhou força com receio que voltasse a acontecer tantas atrocidades na qual tinha acabado de acontecer no mundo. Por isso, foi criada uma concepção dos Direitos Humanos pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1948.

Com o objetivo de que cada pessoa tivesse seus direitos humanos respeitados na esfera internacional criaram-se instituições e mecanismos para proteção dos direitos humanos em que vários países uniram-se com o mesmo propósito, com as mesmas normas condizentes e com apoio de orientações internacionais, inserindo também as de proteção as pessoas que tinha algum tipo de deficiência (ALCOBA, 2008).

Em relação à terminologia, Sasaki (2003) declara que nas primeiras décadas do século XX, as pessoas com deficiência eram chamadas de “incapacitados” que significava “pessoas que não possuem capacidade”, mas com o passar dos anos esse termo passou para “pessoas com capacidade residual”.

No entanto, foi considerado um avanço quando a sociedade começou a reconhecer que a pessoa com deficiência, de alguma maneira, possuía capacidade residual, mesmo que fosse pouca, mas ainda considerava-se que qualquer tipo de deficiência eliminava ou diminuía a capacidade do sujeito em todos os aspectos psicológicos, social, físico, profissional, etc. Para fazer as atividades como as demais pessoas (SASSAKI, 2003).

Na década de 1960 foram criadas algumas instituições especializadas como centros de reabilitação, escolas especiais e também expandiu as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), entre outras organizações não governamentais (DECLARAÇÃO DE MADRI, 2003).

Miranda (2003) salienta que no decorrer da década 1960, cresceu bastante o número de escolas para atendimento especial, fato esse que não tinha ocorrido ainda no decorrer dos anos. No final desta década haviam mais de 800 escolas para o atendimento de pessoas com necessidades especiais e também para as pessoas com deficiência intelectual, sendo um número aproximadamente quatro vezes maior do que a quantidade que havia no início da década de 1960.

Na década de 1960 a sociedade começou a usar três termos em relação às pessoas com deficiências segundo Sasaki (2003), “defeituoso” que significava “pessoa com deformidade” principalmente aquela pessoa que tinha deficiência física. Outro termo utilizado era “os deficientes”, em que esse termo significava “pessoa com deficiência” visual, múltiplas, intelectual, física ou auditiva o que era dito que as pessoas com deficiência que pudessem fazer as atividades básicas da vida como andar, escrever, correr, sentar-se, tomar banho, etc. E por último, surge o termo “os excepcionais” em que seu significado era “pessoas com deficiência mental”.

De acordo com Sasaki (1997) no final da década de 1960 iniciou-se o movimento pela integração social, o qual visava inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais como a família, o lazer, a educação e o trabalho. O princípio básico da integração foi à normalização, a qual consiste na oportunização de toda pessoa com deficiência, principalmente a deficiência intelectual, para que pudesse ter o direito de experienciar um padrão de vida como os demais indivíduos de sua própria cultura.

Na década de 1970 o processo de normalização ocorreu tanto nos ambientes como nos serviços. Essa normalização fez com que melhorassem as condições de vida das pessoas com deficiência, para que esses indivíduos pudessem ter uma vida mais semelhante possível com as pessoas “normais” (SASSAKI, 1997). Isso significava para as pessoas com deficiência que moravam ou que eram atendidas nas instituições, poderiam viver de uma forma parecida com a sociedade de maneira geral.

Ainda em 1970, Miranda (2003), afirma que houveram alguns tratados, declarações, legislações e convenções que foram constituídas em sociedade com objetivo de avançar a maneira de ver a pessoa com deficiência. Devido a isso é declarada a aprovação em Assembleia Geral da ONU, o direito dos indivíduos com deficiência intelectual, contribuindo para mudar a exclusão e fazendo com que alguns direitos fossem criados para as pessoas com deficiência, com isso as mesmas pudessem ser como as demais pessoas e trabalharem.

Segundo Brandenburg e Luckmeier (2013), na década de 1980 foram criadas algumas leis para que as pessoas deficientes tivessem seus direitos amparados. Precisamente no ano de 1981 foi declarado o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). E também foi discutida a equiparação de oportunidades e acessibilidades aos bens e trabalhos, com isso fez com que fosse aprovado o plano de ação mundial para as pessoas portadoras de deficiência, o Programa de Ação Mundial (PAM), em que isso ocorreu no ano de 1982.

Na década de 1980 o termo “pessoa deficiente” no mundo todo começou a ser usado como adjetivo, sendo acrescentado o substantivo “pessoas” (SASSAKI, 2003). Precisamente no ano de 1981 não utilizou mais “indivíduos” como eram chamadas as pessoas com deficiência. Porém, para o mesmo autor, foi atribuído que “pessoas”, são aquelas pessoas que tinha alguma deficiência, fazendo com que essas pessoas tivessem os mesmos direitos e dignidade com a maioria das sociedades e países.

Miranda (2003) destaca que na década de 1980 mundialmente foram realizados movimentos sociais em relação à luta pelos direitos das pessoas deficientes. No Brasil também não foi diferente. Em 1988 a Constituição Federal em seu artigo 208 estabeleceu que as pessoas deficientes tivessem um atendimento especial escolar. E também no mesmo ano a Constituição Brasileira estabeleceu o direito das pessoas deficiente na educação regular.

Para Sasaki (2003) no final da década de 1980 e no início da década de 1990 os líderes das organizações de pessoas com deficiência não aceitaram o termo “pessoa deficiente” dizendo que sinalizava a pessoa inteira deficiente, o que eles não aceitavam. O termo “pessoas com necessidades especiais” foi usado para substituir o termo “pessoas deficientes”, o que de maneira simplifica passaram a chamá-los de “portadores de deficiência”.

No entanto o portar uma deficiência passou a ser um valor agregado o ser humano. O termo foi inserido pelas Constituições Federais e Estaduais e em todas as leis políticas apropriadas ao campo das deficiências. Coordenadorias, associações e conselhos começaram a incluir o termo em seus nomes oficiais (SASSAKI, 2003).

Brandenburg e Luckmeier (2013), afirmam que na década 1990 aconteceram vários movimentos tantos nacionais como internacionais na tentativa de um acordo para a formação de uma política para que as pessoas com deficiência fossem integradas na educação inclusiva. Em junho de 1994, o acordo foi declarado em Salamanca na Espanha na Conferência Mundial sobre a Educação Especial e isso foi considerado como um grande marco histórico (BRANDENBURG; LUCKMEIER, 2013).

De acordo com a Declaração de Madri (2003) no início de década de 1990, devido a tantos movimentos que ocorreram, começaram a mudar a forma de olhar

as pessoas deficientes através da comunidade acadêmica, de organizações e de instituições sociais na qual começaram a perceber que na prática a integração não estava resolvendo por si só para acabar ou diminuir com o preconceito e que precisava proporcionar a essas pessoas deficientes que fossem inseridas na sociedade como as demais pessoas.

Na metade da década de 1990 com o objetivo que o país entendesse e promovesse a educação, Miranda (2003) esclarece que foi publicada no mês de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394\96. No conteúdo dessa lei especificavam avanços bem significativos em relação á extensão da educação especial de zero a seis anos, com objetivo de melhorar a qualidade do aprendizado na educação para os alunos deficientes e para isso, é necessário que o docente esteja qualificado e com matérias adequadas de maneira que possa atender e compreender esses alunos.

Segundo Sasaki (2003), foi a partir da década de 1990 até os dias atuais que o termo “pessoas com necessidades especiais” surgiu para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. Após isso, esse termo passou a ter significado próprio sem trocar o nome “pessoas com deficiência”. Portanto, na década de 1990 continuaram as mudanças das expressões como “crianças especiais”, “pacientes especiais”, “alunos especiais” entre outros. Tentando amenizar o peso das palavras “deficientes”.

Nesta mesma década, o termo “pessoas especiais” surgiu como uma maneira de reduzir a expressão “pessoas com necessidades” no qual era difícil designar essa expressão em que referiam as pessoas que são consideradas com alguma deformidade em seu corpo ou mesmo intelectual (SASSAKI, 2003).

A implementação das Novas Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no país, assim como pelas atuais discussões lançadas pelo Decreto n. 6.571 (09/2008), regulamenta a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva. Em 1994 “pessoas com deficiência” e pessoas sem deficiência, passam a terem o direito de serem incluídas nas escolas inclusivas para fazer parte da sociedade inclusiva. O objetivo da escola inclusiva é incluir as pessoas com algum tipo de deficiência educacional, na vida da sociedade em todos os aspectos (SASSAKI, 2003).

No ano de 2002 foi implantado o termo “portadores de direitos especiais” apresentam problemas que dificultam a sua adoção na substituição a qualquer outro termo para designar as pessoas com deficiência. O termo “portadores” vinha sendo questionado, por indagar a alusão de “carregadores”, as pessoas que “portam” uma deficiência (SASSAKI, 2003). O mesmo autor complementa que o termo “direitos especiais” é divergente devido às pessoas com deficiência demandar a ponderação de direitos e não direitos especiais.

Até os dias atuais o termo preferido “pessoas com deficiência” tem aumentado cada vez mais de adeptos segundo Sasaki (2003), as pessoas com deficiências alegavam que não são “portadores de deficiência”, não querem ser rotulados por esse nome. O autor finaliza declarando que os valores agregados às pessoas com deficiência são: o empoderamento (fazer escolhas e tomar decisões) e o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como problemática as mudanças históricas nos termos empregados para referir-se aos deficientes. Refletir a história é compreender que todas as atitudes de uma sociedade são produtos culturais que atendem as necessidades dos homens num determinado contexto ou época e não mais vê-las como espontaneamente naturais. Na história da humanidade os “diferentes” sempre foram vítimas da segregação, dada à ênfase voltada para sua incapacidade física e para sua anormalidade, mostrando-nos uma trajetória humana marcada pela exclusão.

Na linguagem se expressam nossas concepções e/ou preconceitos acerca da deficiência. Como viu-se durante o texto, imbecis, idiotas, retardadas, débeis, inválidas, incapacitadas, anormais, excepcionais, portadores de deficiência, deficientes mentais, todas são expressões que refletem conceitos e valores de uma determinada sociedade e de uma determinada época, mas que carregam intrinsecamente preconceitos ou desconhecimento do que é de fato a questão da deficiência.

A própria expressão "com necessidades especiais" não abrange em sua totalidade a designação das pessoas com deficiência, tendo em vista que necessidades especiais todas pessoas possuem ou manifestarão em algum momento da vida.

Empregar a nomenclatura correta para a definição de pessoas com deficiência não é apenas uma questão ortográfica é uma questão de inclusão social, respeito, superação de preconceito e estereótipos. Conceitos antes adequados tornaram-se obsoletos ou podem transmitir ideias equivocadas ou informações incorretas. Assim surge a necessidade de adotar conceitos padrões e atuais sobre a nomenclatura a ser utilizada para designar pessoas com deficiência.

No entanto, para que as mudanças ocorram significativamente, independente da terminologia empregada, se faz necessário provocar reações diferentes no pensamento e no sentimento das pessoas, ou seja, trata-se de uma verdadeira tomada de consciência desta nova realidade através de ações conjuntas.

Dessa forma, acreditamos que é necessário, num processo contínuo/permanente, ampliar não somente as discussões acerca dessa temática, mas principalmente os olhares arrolados diante do conceito de deficiência. Temos plena consciência que uma mudança na concepção de deficiência implica em um novo paradigma capaz de valorizar e respeitar efetivamente a diversidade.

## REFERÊNCIAS

ALCOBA, S.A.C. **A Inclusão de Alunos com Deficiência na Universidade: O Desafio Pedagógico.** 2008. Disponível em: <[www.sociedadeinclusiva.pucmnas.br/.../A%20INCLUSÃO%20DE%20ALUNO%20](http://www.sociedadeinclusiva.pucmnas.br/.../A%20INCLUSÃO%20DE%20ALUNO%20)> Acesso em: 10/04/17.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRANDENBURG, L.E.; LUCKMEIER, C. **A História da Inclusão X Exclusão Social na Perspectiva da Educação Inclusão.** São Leopoldo – RS: EST, v, 1, 2013. Disponível em: <[anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/download/191/149](http://anais.est.edu.br/index.php/teologians/article/download/191/149)>. Acesso em: 13/10/16.

CARDOSO, M.S. Aspectos Históricos da Educação Especial: Da Exclusão à Inclusão – Uma Longa Caminhada. In: MOSQUEIRA, J.M.; STOBAU, C.D. **Educação Especial**: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 15 – 26.

FERNANDES, L.B.; MOSQUERA, C.; SCHLESENER, A. Breve Histórico da Deficiência e Seus Paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, v.2, p.132 –144. 2011.

GARCIA, V.G. **As pessoas com deficiência na história do mundo – Pagina Inicial & História e Política**, 2011. Disponível em: <www.bengalegal.com\pcd-mundial>. Acesso em: 08\07\2016.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008. P-44. Disponível em: <pt.slideshare.net/abdulcassimoarune/antonio-carlos-gil-2002>. Acesso em: 03/10/16.

DECLARAÇÃO DE MADRI. **A deficiência através da historia: da invisibilidade da cidadania** – PUC – Rio – Certificação Digital N°0812002\CA, 2003. Disponível em: <www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0812002>. Acesso em: 17/07/17.

MARCHESI, A.; MARTÍN, E. Da terminologia do distúrbio às necessidades educacionais especiais. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (org). **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. v.3. p.7–23, 1995.

MIRANDA, A.A.B. **História, Deficiência Especial**. Unicamp. 2003. Disponível em: <www.actafisiatrica.org.br/detalheartigo.asp?id=184>. Acesso em: 01/10/16.

PACHECO, K.; ALVES, V.L.R. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma**. PUC-SP, v, 14, n. 4, 2007.

ROSSETTO, E. **Processo de inclusão: um grande desafio para o século XXI**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unoeste, 2004.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo Um a Sociedade Para Todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

SASSAKI, R.K. Como chamar as pessoas que têm deficiência. In: SASSAKI, R.K. **Vida independente: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SILVA, O.M. **Epopéia Ignorada**. A História da Pessoa Deficiente no Mundo de Ontem e de Hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.